

**EXPERIÊNCIAS “VIVIDAS”, IDENTIDADES “CONSTRUIDAS”, MEMÓRIAS
“SUBJETIVAS”: as permanências e transformações das práticas culturais festivas
no entorno do rio “São Marcos”.**

Anderson Aparecido Gonçalves de Oliveira
Mestrando pela linha de pesquisa ‘História e Cultura’ vinculada ao programa de pós-
graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – (UFU)
e-mail: anderson_araguari@hotmail.com

Maria Clara Tomaz Machado
Professora do Curso de Graduação e Pós-graduação em História da Universidade
Federal de Uberlândia (UFU)
e-mail: mclaratmachado@yahoo.com.br

“Há muito tempo esse tipo de comunicação tem sido a missão de historiadores que documentam as vidas das pessoas omitidas ou negligenciadas em relatos do passado. Ela produziu uma riqueza de novas evidências anteriormente ignoradas sobre essas pessoas, chamou a atenção para dimensões da atividade e da vida humana, normalmente consideradas indignas de menção para serem citadas nas histórias convencionais. Essa abordagem também provocou uma crise na história ortodoxa ao multiplicar não apenas histórias, mas também temas, e ao insistir que histórias são escritas de perspectivas ou pontos de vista fundamentalmente diferentes – na verdade inconciliáveis – nenhum, dos quais completo ou totalmente ‘verdadeiro’.” (SCOTT, 1998, p. 300)

Há muitos anos o conceito de experiência vem sendo trabalhado e discutido no meio historiográfico com o intuito de “legitimar”, se assim podemos dizer, o ‘sujeito’ como agente de sua própria história. Joan W. Scott reúne, em seu texto “*A invisibilidade da experiência*”, várias “versões”, ou pontos de vista, de historiadores importantes a cerca do que viria a ser ‘experiência’. E dentro do campo de possibilidades, cada um deles nos leva a pensá-la de uma forma diferente, peculiar, mas que, a final, nos remete ao mesmo ponto de partida: o sujeito.

Joan, ao trabalhar os homossexuais, trás a tona a experiência de sujeitos que, até então, estavam *invisíveis* aos olhos da sociedade, mas que possuíam *práticas, consciência, identidades*, em fim, todos os fatores inerentes ao sujeito, que o fazem tornar-se agente social, mesmo que a revelia de práticas, costumes e um falso moralismo imposto pela sociedade em que vivemos.

É válido ressaltar que o sujeito não nasce com a *consciência*, a identidade, e *práticas* pré-estabelecidas, elas são vivenciadas, “apropriadas” e construídas a partir do caminho percorrido pelo sujeito durante sua trajetória de vida, e dos vários fatores externos que os ‘atingem’, direta ou indiretamente. Além do que eles são agentes de sua

própria história, e mesmo que inconscientemente “escrevem o livro de suas vidas” e a cada “capítulo”, assim como nos grandes ‘clássicos da literatura’, o rumo da vida destes sujeitos se torna: uma “grande tragédia”, “uma comédia” e/ou “um romance desmedido” digno de uma ‘novela das oito’. O que quero dizer aqui, é que os sujeitos ao construir sua história, selecionam, mesmo que inconscientemente: *como, quem e o que* irá ‘transparecer’ em sua história, bem como o que ficaria “trancado” no “baú” da “memória” ou do “esquecimento”.

Raymond Williams nos trás a ‘experiência’ como algo passível de influências internas, quanto externas, além de transcender o indivíduo. Thompson coloca em discussão a mesma como “o ser social”, onde segundo ele, os sujeitos não experimentam a ‘experiência’ apenas como *idéias*, mas também como *sentimento*, onde, ainda segundo ele, este último é passível de influências e/ou manipulações. Mas devemos ressaltar ainda, que Thompson leva a ‘experiência’ a dialogar com o conceito de classe, o que é de extrema importância dado o fato de que a identidade é “construída” a partir das experiências, pois, como Scott deixa transparecer ao analisar o conceito de ‘experiência’ segundo Denise Riley, ela (a identidade) “*é um terreno disputado, local de reivindicações múltiplas e conflitantes*”.

Em suma a ‘experiência’ é constantemente ‘redefinida’ por intermédio de conceitos pré-estabelecidos ou construídos a partir da intencionalidade do autor. Seja com: Joan W. Scott, Raymond Williams, R. G. Collingwood, Edward P. Thompson, entre outros historiadores que trouxeram a tona à discussão a cerca da ‘experiência’, o fato é que o indivíduo/sujeito está intimamente ligado a ela, mesmo quando ‘externas’, pois ela se (re)cria, se transforma, e nada a impede também, que seja ‘apropriada’ ou ‘compartilhada’ por ‘outro’, em fim, o sujeito está intimamente ligado a ‘experiência’ mesmo que ele não se dê conta disso.

Considerando que os sujeitos são ‘compostos’ pela experiência, seja ‘interna’ (*expressão de um ser ou consciência individual*) ou ‘externa’ (*o material sobre o qual a consciência atua*), nós historiadores também partilhamos de tal, pois fazemos parte desse processo de análise e não podemos negligenciar que nossas ‘experiências’, também influenciem na ‘crítica’ e na forma como olhamos para nosso objeto de estudo, não havendo, portanto, uma neutralidade do historiador, pois como diz Scott, “*decidir quais categorias se deve historicizar é inevitavelmente político, está necessariamente ligado ao reconhecimento do lugar do historiador na produção do conhecimento*”.

Neste sentido, como sugere Estevane de Paula Pontes Mendes, o pesquisador deve estar atento aos procedimentos de problematização da realidade a que se propõe analisar, pois:

[...] ao elaborar um referencial teórico, procura-se também reconhecê-lo no mundo real. Esse novo universo de representações – construído através do cotidiano dos moradores das comunidades rurais com a simplicidade de pessoas comuns, de pessoas que fazem à história – é incorporado num conjunto de idéias sistematizadas, nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto se unem, tornando-se eternamente vivas. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os muitos manifestos e representações. Aqui, cabe ainda outra ressalva, por maior que seja o envolvimento do pesquisador com seu objeto de pesquisa, por mais criterioso que sejam seus procedimentos de análise, as verdades produzidas, ainda, assim, serão parciais [...] (MENDES, 2005, p.171).

Assim, a experiência do sujeito e o discurso do historiador se inter-relacionam na medida em que a ‘narrativa’ é tecida, apresentando um campo de *possibilidades* – ou *interpretações* – inerentes a aquele grupo, manifestações culturais, em fim, ao objeto de estudo a que se pretende analisar. É nesta esfera que a memória ganha um lugar de destaque. Paolo Rossi, ao trabalhar o texto “*O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das idéias*”, deixa transparecer a idéia de que a memória pode ser “esquecida”, “apropriada”, mas também passível de ser “recordada”, pois segundo ele, no campo de disputas ‘ocultas’, somos ‘lembrados’ constantemente, em nosso cotidiano, “*do que não devemos esquecer*”. Até porque, ainda segundo Rossi, vivemos em um espaço ‘envolto’ de significados, os quais surgem justamente com o objetivo de nos “*fazer lembrar*”, ressaltando ainda que a ‘memória’ não advém apenas do passado, sendo ela também conectada a identidade, o que aumenta sua relevância perante a “construção” e “análise” do sujeito.

Algo que me inquieta junto às discussões de Paolo Rossi é referente à “substituição” de uma verdade, com a intencionalidade de se “*oculta-la*” e “*destruí-la*”, para que uma ‘nova’ verdade ganhe espaço. Será isso possível? Sabemos que a memória é passível de transformações, mas também que não pode ser apagada por completo, além do que as “*verdades*” são ‘múltiplas’ e ‘bombardeadas’ de intencionalidade.

Partindo do entendimento de que é a memória que possibilita a reconstrução consciente e, ao mesmo tempo, inesperada do real, vários outros autores também nos

auxiliam a pensar essa temática (memória), pois ela é construída e tecida a partir das relações dos/entre grupos sociais (HABWACHS, 1990), sobretudo no que se refere à memória institucionalizada, oficializada como a do grupo social, a forma como ela será lida ou interpretada é o que permitirá ao pesquisador trilhar os muitos caminhos de recondução da narrativa que compõem a trajetória dos atores sociais e suas muitas interpretações sobre a história do grupo.

Nesse sentido, memória e história estão longe de se desvincularem. Todas as tramas tecidas ao longo da construção da história dos homens não foram efetivadas mediante, somente, a atos e pensamentos racionais. Estão envoltas de subjetividades que alimentam as interpretações e recompõem imagens, sentimentos, sentidos da história em suas múltiplas facetas, se firmando enquanto prática social em constante movimento e transformação.

O diálogo com esses autores contribui para pensarmos a problemática central deste trabalho, na medida em que pretende-se analisar as várias práticas festivas do mundo rural goiano, elas que estão inseridas num universo que mescla ritual, devoção, fé e festa. A partir deste viés, podemos questionar se as festas revigoram as relações constituídas entre os sujeitos e as muitas sociabilidades consolidadas – especificamente das comunidades rurais afetadas pela UHE Serra do Facão no entorno do Rio São Marcos, em especial no município de Catalão-GO. O que verdadeiramente não é fácil, pois constantemente não damos à devida importância às ‘experiências’ vividas e partilhadas durante esse processo.

Nosso objetivo é, portanto, compreender as práticas culturais religiosas, especialmente as festas dedicadas a São Sebastião no interior de Goiás como um elo entre memória, tradição e transformações econômicas e sociais na região. Ainda de forma detalhada, pensar as representações da religiosidade popular católica, mesmo frente às mudanças ocorridas, como um lugar de resistência, (re)criação e de uma busca por uma identidade social e regional.

As comunidades rurais do município de Catalão, no sudeste goiano, se reúnem com frequência, reinventando as relações de vizinhança tradicionais. Todos se reúnem para auxiliar uns aos outros na lida com animais; na roçagem do pasto; na manutenção de cercas e currais; na colheita; e, após todo um dia de muito trabalho, comemoram coletivamente a ocasião com muita dança, diversão, jantar farto e rezas de

agradecimento. Ali, fica nítido que as artes do agir (CERTEAU, 1994) tomam forma e concretizam as relações de amizade entre o grupo.

O vivido enquanto marca cultural dos moradores desse município se entrelaça às suas histórias de vida. A arte de partilhar essas narrativas é o terreno comum que une essas famílias e constitui-se no nosso ponto de partida para a elaboração de uma interpretação de como esses sujeitos vivenciam as práticas culturais presentes na região, recriando e redefinindo as relações de vizinhança, além de indagar, se estas, ao serem efetivadas, contribuem para manutenção identitária do grupo.

Nessa via de mão dupla, muitas vielas se abrem, ajudando na formatação de novos arranjos culturais, de novas marcas das “experiências compartilhadas” pelos diferentes sujeitos com seus grupos sociais e na definição de sociabilidades – entendidas aqui como o fruto das relações estabelecidas pelos sujeitos sociais, inseridas dentro de um “conjunto de laços mais ou menos sólidos e exclusivos de cada grupo social”¹ (BAECHELER, 1995, p.68).

Percebe-se, aqui, que as identidades das comunidades rurais afetadas pela UHE Serra do Facão, em Goiás, são identidades culturais múltiplas, (re)elaboradas no fazer cotidiano, que se originam de alguma parte e possuem histórias, mas que sofrem constantes transformações, assim como tudo que é histórico (Hall, 1996, p. 69). E seguindo essa lógica, é nossa intenção buscar os significados das várias transformações que ocorrem durante décadas nos referidos locais pesquisados, as quais estiveram, e estão, inseridas em um movimento contínuo, uma espécie de circularidade social e cultural que restabelece padrões e formas de viver o social, tendo em vista que a Identidade Cultural não possui:

[...] uma origem fixa à qual podemos fazer um retorno final e absoluto. [...] Tem suas histórias – e as histórias, por sua vez, têm seus efeitos reais, materiais e simbólicos. O passado continua a nos falar. [...] As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento. [...] (HALL, 1996, p. 70)

As muitas formas de reinterpretar o social perpassam as interações mantidas entre os diferentes indivíduos no grupo social. Nas comunidades rurais a serem estudadas, as sociabilidades emergem vinculadas ao peso do dia-a-dia, por meio das festas comunitárias tão freqüentes na região e de uma memória sobre as ajudas mútuas

nos mutirões², nas demãos que a vida constituem, e/ou constituíam espaços de encontros e reencontros estreitando os vínculos de pertença familiares e com o lugar.

O sentimento de pertencimento³ ao lugar exprime o estabelecimento de formas de viver e de interagir com os saberes e fazeres coletivos, tidos como marca cultural do grupo. Tendo em vista que o ‘sentimento’ é parte incontestável, pelo menos segundo Thompson, da ‘experiência’. Parte-nos a inquietação de se analisar como e se, a vida no campo e as possibilidades de experimentar as relações de vizinhança e as ajudas mútuas, representam viver intensamente as relações de amizade, de respeito ao lugar e a manutenção dos vínculos com a terra.

Nesse universo em que inserimos as comunidades, um aspecto merece destaque é o parentesco⁴. Essa categoria estabelece vínculos entre os sujeitos e é muito perceptível nas comunidades rurais do município de Catalão, principalmente quando se constrói uma ligação entre as pessoas a partir dos seus nomes e sobrenomes. Isso mostra que muitos moradores que fincaram suas raízes no lugar têm uma relação de intimidade com ele, justamente porque estar ali, naquele lugar, escolhendo-o como morada, referenda também a manutenção de seus vínculos identitários com a sua história e sua ancestralidade. Esses moradores, na sua simplicidade e exercendo sua sabedoria, nutrem de vida e esperanças esses lugares. Suas vidas, por mais rústicas que sejam, exprimem também a atualização e o contato com o progresso. Será este o fato que mantém a ‘permanência’ dessas ‘experiências compartilhadas’ e identidades construídas, (re) criadas ou, porque não, apropriadas durante o processo vivido?

São várias as comunidades que direta ou indiretamente sofreram e ainda sofrem com as mudanças ocasionadas pela construção da Usina Hidrelétrica Serra do Facão, onde algumas chegaram a ter 90% (noventa por cento) de sua área total inundada pelas águas. Entretanto não podemos negligenciar que essas mudanças já vinham ocorrendo há muitos anos, pelos mais variados fatores, entre eles o ‘tempo’. Mas como se deu a transição desses sujeitos que mantinham suas ‘raízes’ e relações em um determinado local, e de repente se viram (re) construindo relações de vizinhança ou políticas, ‘identidades’, em fim, como foi o processo de transformação das ‘experiências’ e das relações identitárias de tais sujeitos?

Se a vida no campo é árdua, os encontros coletivos, as celebrações religiosas, a possibilidade da ajuda mútua, podem ser consideradas formas de interação social significativas para esses que ali vivem? Provavelmente, pois ao suspendem a rotina,

constroem sentidos e pertencas que os unem em torno das festividades. Mas o que verdadeiramente representa esses espaços para os sujeitos? Estar em comunidade representa o exercício da união e o revigorar das pertencas identitárias?

Segundo Hall (2009), o conceito de comunidade, assim como o de cultura, é muito amplo e algumas vezes pode acabar nos confundindo. Mas, o primeiro sempre exprime um sentimento de identidade ou identificação entre determinadas pessoas e regiões. Stuart ainda afirma que “[...] Este modelo é uma idealização dos relacionamentos pessoais dos povoados compostos por uma mesma classe, significando grupos homogêneos que possuem fortes laços internos de união e fronteiras bem estabelecidas que os separam do mundo exterior” (Hall, 2009, p. 62).

Geralmente, os moradores rurais acabam se unindo não apenas a partir de laços consanguíneos, como também de amizade e compadrio, principalmente pelo estilo de vida semelhantes. Pois, para os grupos rurais, neste caso, o sentido da palavra comunidade expressa reunião de indivíduos em uma organização social, cuja coletividade evidencia as práticas de ajuda mútua, como ainda pode ocorrer no “mutirão” e na “treição”, sendo que tal parceria não se restringe apenas às questões do cotidiano rural, podendo manifestar-se nos casos de doenças, dificuldades financeiras, bem como na devoção e na religiosidade.

Essas relações se tornam ainda mais importantes no âmbito cultural, pois é a partir delas que se mantêm as tradições e práticas culturais, repassando-as de gerações em gerações, para que se (re) afirmem enquanto sociedade. Nesse sentido:

[...] ao viver em comunidade ou sociedade, os saberes e culturas que impermeiam essas relações são repassadas às gerações seguintes mantendo de certa maneira a reprodução da vida em sociedade garantindo assim o sentido de viver em comunidade. Sentidos os quais são culturais e são compartilhados entre famílias e vizinhanças. [...] (CLAVAL, 1999 apud VENÂNCIO, 2008, p. 110).

Compartilhar significa viver coletivamente os importantes momentos e comemorações pessoais. É por isso que as práticas festivas constituem o laço que interliga os moradores de um determinado lugar; que estreita as relações entre as famílias e interrompe as labutas diárias e o “corre-corre” da lida cotidiana.

Para entendermos essas relações às quais nos referimos, é neste momento que elegeremos as festas em louvor aos santos protetores como caminho para a compreensão desses elos e apego ao lugar, partindo do pressuposto de que a religiosidade popular

também se torna um importantíssimo veículo para a manutenção dos vínculos com a terra, com a família e com as pessoas do lugar.

No cotidiano rural, essas pessoas estreitam sua conexão com o espaço e o incorporam a guiam por meio dessa relação, que pode estar vinculada a sua atuação profissional ou até mesmo das funções festivas que desempenham. Um exemplo disso está nos apelidos dos moradores. O José passa a ser o “Zé leiteiro”, que durante a realização das festividades assume o codinome de “Zé leiloeiro” ou “Zé festeiro”, ou seja, naqueles momentos festivos, os sujeitos se tornam importantes pela colocação que exercem, e se inserem numa espécie de momento de promoção social e de visibilidade local. Aqui esses sujeitos:

[...] são, de fato, agentes. Eles não são indivíduos unificados, autônomos, exercendo a vontade livre, mas sim sujeitos cuja atuação é constituída através de situações e status que lhes é conferido. Ser um sujeito significa ser “sujeito para definir condições de existência, condições de atributos e condições de exercício. [...] (SCOTT, 1998, p. 320)

Assim, fica perceptível que nos momentos festivos as pessoas rompem com seu cotidiano de trabalho e celebram a boa colheita, pedindo que a mesma seja melhor no próximo ano, além de rogar pela proteção divina pessoal e de seus familiares. No entanto, não podemos esquecer de que as festas fazem parte da vida dos sujeitos rurais, e, porque não dizer, que são também uma forma de lazer, sociabilidades, descontração, momento de reencontrar pessoas queridas e colocar a conversa em dia. Não seria também um momento de visibilidade social?

Resta-nos questionar também se essa cultura, expressa nessas festas, poderá, na medida em que é continuamente (re)significada pelas transformações que atingiram o lugar, ajudar-nos na efetivação de uma reflexão acerca das identidades, permanências e (re)criações desse popular. Neste sentido quais as representações estão presentes, que ainda permanecem, e podem ser vinculadas na tradição popular na prática da Folia de São Sebastião? Pode-se pensar que a Serra do Facão é um dos elementos que contribui para a desagregação dessa cultura ou ela será capaz de se (re)criar e estabelecer novos laços? O que distinguem as práticas festivas uma das outras? Ou ainda, o que diferencia a Folia de São Sebastião da Festa em louvor a São Sebastião? Sendo o mesmo santo cultuado, as representações, signos e crenças mantêm proximidade? Quais as

características que nos demonstram as transformações que essas festas vêm sofrendo?
Permanências x Transformações.

Seguindo a hipótese apresentada, é possível identificar a festa de São Sebastião como uma festa regional, do cerrado? Pode-se relacionar a economia de subsistência, ainda presente na região, com o culto a este santo, o considerando como protetor dos animais, plantações, da família, em fim, vicissitudes do cotidiano rural? Com as transformações nessa região especialmente nas décadas de 50 e 60 essas festas festivas devocionais têm sofrido mudanças em sua organização?

É válido ressaltar que tal pesquisa está em construção e são várias as inquietações que nos movem. Provavelmente nem todas serão sanadas, e devemos levar em consideração, também, os vários percalços do caminho que por ventura apareçam, pois temos a plena consciência de que a história está longe de ser um belo “lago de águas calmas”. É preciso mergulhar fundo nas águas turvas do relembrar das memórias e incertezas dos moradores da região a que se pretende analisar.

¹ O estudioso conceitua sociabilidade como sendo a capacidade humana de estabelecer redes através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões, formas múltiplas de ligação dos indivíduos à sociedade (BAECHELER (1995, p.68) apud MARCELO (2001, p. 39-40)

² O *mutirão* se refere à ajuda mútua entre vizinhos ou membros da comunidade, só que, ao contrário da *treição*, trata-se de algo já acordado com o dono da propriedade ou a convite do próprio. A *treição* (ou *traição*) compreende o trabalho e a ajuda mútua. Quando uma das pessoas da comunidade está com o serviço atrasado ou demorado, várias pessoas se reúnem para ajudá-la na empreitada. Entretanto, o dono do lugar onde ocorrerá a *treição* não sabe o que vai acontecer e é pego de surpresa, com foguetes e cantorias antes do raiar do dia. E geralmente, após todo o serviço pesado, passam para o “pagode”, um divertimento para quem trabalhou o dia todo. A pessoa que recebeu a *treição* oferece sempre um farto almoço e muitos “comes e bebes” à noite, embalados por muita música e arrasta-pé.

³ O conceito de pertencimento cabe aqui como um sentimento de se fazer parte daquele local ou região, principalmente para as pessoas pesquisadas, que, em sua maioria, ali nasceram, criaram seus filhos e hoje criam seus netos. Baseamo-nos nas colocações de Stuart Hall sobre a identidade Cultural na pós-modernidade. Ver: HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

⁴ Sobre o conceito de parentesco numa perspectiva antropológica consultar: DURHAN, Eunice R. **Família e reprodução humana**. In Perspectivas antropológicas da mulher. Nº 3, Rio de Janeiro; Zarar, 1978.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. 1ª edição atualizada – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 410 p.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

_____. **Identidade cultural e Diáspora**. In: Revista do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional n° 24, 1996. p.68-75

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A Produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO)**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2005.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. In.: **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. n° 0 (1981). São Paulo: EDUC, 1981.

VENÂNCIO, Marcelo. **Território de Esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos no município de Catalão (GO)**. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia. Uberlândia-MG, 2008.